

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência (TR) tem por objeto a **AQUISIÇÃO de CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR BIFÁSICO COM MONITORIZAÇÃO**, destinada à INTERNAÇÃO PEDIÁTRICA do Hospital Municipal Getúlio Vargas (HMGV), por **DISPENSA DE LICITAÇÃO (DL)**, contemplando a ENTREGA, TESTE de FUNCIONAMENTO e CALIBRAÇÃO (manutenções preventivas e corretivas) dos equipamentos durante o período de garantia, conforme condições e exigências estabelecidas neste TR.

1.2 No quadro abaixo são apresentados os quantitativos e especificações do objeto que deverão ser atendidos conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

Item	Cód.	Material	Medida	Quant.
1	8570	CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR BIFÁSICO COM MONITORIZAÇÃO	PÇ	1

1.3 O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo bem de luxo, sendo caracterizado como **bem comum**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos de acordo com especificações usuais de mercado (conforme Art. 6º, XIII, Lei n. 14.133/2021).

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1 A presente solicitação tem por finalidade justificar a necessidade de aquisição de um Cardioversor/Desfibrilador para o setor de internação pediátrica do Hospital Municipal Getúlio Vargas (HMGV), no ano de 2025 tivemos 12.494 atendimentos pediátricos e 440 internações no setor de pediatria, considerando a necessidade de garantir assistência segura, ágil e eficaz às crianças internadas que possam evoluir com intercorrências clínicas graves, especialmente de natureza cardiorrespiratória.

2.2 O cardioversor/defibrilador é um equipamento essencial para o atendimento de emergências, sendo indispensável na reversão de arritmias malignas, como fibrilação ventricular e taquicardia ventricular sem pulso, além de possibilitar a realização de cardioversão elétrica sincronizada em situações específicas. Em ambiente pediátrico, a disponibilidade imediata desse recurso é determinante para a redução da morbimortalidade, visto que o tempo de resposta em situações de parada cardiorrespiratória impacta diretamente no prognóstico do paciente.

2.3 Atualmente, a unidade de internação pediátrica necessita dispor de equipamento próprio e de fácil acesso, evitando deslocamentos e atrasos no atendimento em situações críticas. Ressalta-se que o atendimento pediátrico possui particularidades, exigindo equipamentos adequados, com parâmetros ajustáveis para diferentes faixas etárias e pesos, além de acessórios específicos (pás/adesivos pediátricos).

2.4 A aquisição do cardioversor/defibrilador está alinhada às boas práticas assistenciais, às diretrizes de segurança do paciente e às normativas vigentes que preconizam a disponibilidade de equipamentos de suporte avançado à vida em unidades hospitalares. Tal medida contribuirá significativamente para a qualificação da assistência prestada, maior resolutividade da equipe e segurança dos pacientes atendidos.

2.5 Diante do exposto, justifica-se a necessidade de aquisição do referido equipamento para a unidade de internação pediátrica do HMGV, visando garantir atendimento imediato e eficaz em situações de urgência e emergência, preservando vidas e promovendo cuidado de qualidade.



3 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Descrição da Melhor Solução

3.1.1 A melhor solução escolhida para a aquisição dos materiais destinados ao serviço é a realização de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, emergencial, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com **CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO**.

3.1.2 Trata-se de contratação de aquisição não continuada, com entrega integral dos itens.

3.1.3 O Estudo Técnico Preliminar foi dispensado, conforme dispõe a norma, faculta a elaboração do ETP no inc. I, nos casos de dispensa em razão do valor (Art. 75, inc. I e II).

3.1.4 O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo bem de luxo. Os itens são caracterizados como **bem comum**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos de acordo com especificações usuais de mercado (conforme Art. 6º, XIII, Lei n. 14.133/2021).

3.2 Padrões Mínimos de Qualidade

3.2.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações que constarem no Termo de Referência (TR), no Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.2.2 A CONTRATADA deverá fornecer os itens que atendam as especificações detalhadas no Edital, incluindo material, dimensões, capacidades e funcionalidades específicas.

3.2.3 Os equipamentos deverão ser novos e possuir certificação de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e outras regulamentações aplicáveis.

3.2.4 O(s) aparelho(s)/equipamento(s) deverá(ão) apresentar registro no Ministério da Saúde (MS), quando couber.

3.2.5 Todos os equipamentos devem vir acompanhados de garantia mínima de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação e funcionamento.

3.2.6 A empresa CONTRATADA **deverá oferecer suporte técnico e assistência durante o período de garantia, incluindo substituição ou reparo dos itens defeituosos.**

3.2.7 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).

3.2.8 A empresa CONTRATADA se responsabilizará por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento dos itens.

3.2.9 A empresa deverá assegurar que os itens sejam transportados em condições que garantam sua integridade.

3.3 Do Equipamento (CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR BIFÁSICO COM MONITORIZAÇÃO)

3.3.1 Especificação técnica mínima:

- a) Cardioversor/Desfibrilador bifásico e Monitor de ECG, integrados com opção de sincronismo para uso em pacientes adultos e pediátricos, leve e portátil com bateria interna recarregável;



- b) Tecnologia de forma de onda bifásica exponencial truncada de desfibrilação com escala de energia de 1 a 300 joules com pelo menos 10 níveis de ajustes;
- c) Para uso de desfibrilação e cardioversão tanto externa como interna;
- d) Modo de operação semi-automático, que permita o uso do equipamento como DEADesfibrilador Externo Automático, com sistema de aconselhamento do protocolo de choque com comandos de voz em português;
- e) Deve permitir sincronização pela onda R, para desfibrilação em modo sincronizado (cardioversão);
- f) Monitorização dos parâmetros de ECG, frequência cardíaca, frequência respiratória, saturação de oxigênio arterial funcional, pressão não invasiva;
- g) Análise automática da impedância do paciente com indicador visual;
- h) Desfibrilação externa através das pás ou eletrodos multifuncionais e automatizada capaz de analisar o ritmo cardíaco do paciente e identificar a presença de ritmos cardíacos fatais (fibrilação ventricular e taquicardia ventricular sem pulso);
- i) Desfibrilação interna através de manoplas esterilizáveis com botão de descarga e pás internas autoclaváveis;
- j) Detectar quando as manoplas para desfibrilação internas são conectadas e assim limitar automaticamente o nível máximo de energia em 50 joules;
- k) Display LCD TFT colorido de no mínimo 8 polegadas de resolução 640x480 pixels;
- l) Impressora térmica em papel com largura mínima de 50mm para impressão de resultados e informações armazenadas automaticamente (data, hora, energia de desfibrilação ou cardioversão, curva de ECG, alarmes e frequência cardíaca) em memória interna, manual ou automático (após desfibrilação ou qualquer evento acionador de alarme);
- m) Entradas do circuito de ECG isoladas da rede elétrica (flutuante) devendo possuir circuito de proteção contra desfibrilação;
- n) Captação do sinal de ECG através de cabo paciente, pás externas e eletrodos multifuncionais;
- o) Derivação e ganho de ECG selecionáveis;
- p) Alarmes audiovisuais, com ajustes manuais de limites inferiores e superiores, para todos os parâmetros;
- q) Deve Indicar no display a energia entregue ao paciente, a forma de onda do ECG, mensagem de carga, a frequência cardíaca, eletrodo de ECG desconectado, as falhas ocorridas com o sistema, o acionamento de sincronismo, níveis da bateria;
- r) Substituição da bateria sem necessidade de ferramentas;
- s) O tempo de recarga da bateria deve ser no máximo até 4 horas;
- t) Deve possuir fonte de alimentação AC integrada, interna ao equipamento;
- u) Deve possuir carregador interno ao aparelho para a bateria;
- v) Deve indicar no painel frontal bateria em carga e alimentação da rede elétrica;
- w) Bateria recarregável com autonomia de 3 horas em modo de monitoração contínua (ECG) ou um mínimo de 130 choques em 360 joules ou 200 choques em 200 joules;
- x) Deve possuir pás externas conjugadas adulto/pediátrica (adulto com pediátrica embutida), com botão de carga de energia e botões de disparo;
- y) Deve possuir botão de seleção de sincronismo no painel frontal;
- z) Deve permitir a utilização de eletrodo multifunção descartável (desfibrilação, cardioversão, monitorização e marca-passo), através de uma única troca.



3.3.2 Marcapasso externo transcutâneo:

- a) Incorporado no próprio equipamento.
- b) Frequência de pulso entre 40 e 170 PPM.
- c) Corrente de Estímulo entre 0 e 200 mA.
- d) Estímulo através de eletrodos descartáveis multifunção.
- e) Modos de operação: Demanda e Não-demanda (assíncrono).

3.3.3 Monitoração de ECG:

- a) 01 (um) canal que possibilite a visualização das três derivações bipolares sem o deslocamento de eletrodos de ECG sobre o tórax do paciente (D1, D2 e D3) selecionáveis em tela e possibilidade de expansão para 7 derivações através da simples adição de cabo de 5 vias, sem necessidade de alteração de software ou hardware;
- b) Velocidade: 20 mm/s e 50 mm/s;
- c) Medir a frequência cardíaca de 20 a 300 batimentos por minuto;
- d) Entrada flutuante e com proteção contra descargas de desfibrilador;
- e) Resposta de frequência de diagnóstico de 0,05 a 100 Hz ou superior;
- f) Amplitude do ECG: x1/4, x1/2, x1, x2, x4, auto;
- g) Capacidade de apresentar até duas curvas em tela;
- h) Monitorização de ECG pelas pás, eletrodos multifunção ou cabo de ECG.

3.3.4 Tempo de carga máxima: inferior a 10 segundos.

3.3.5 Descarga interna automática quando do desligamento do equipamento.

3.3.6 Acionamento da carga e descarga pelos eletrodos de desfibrilação (pás) usando o método 1, 2 e 3.

3.3.7 Disparo sincronizado com o complexo QRS.

3.3.8 O tempo entre a sincronização com o complexo QRS e a descarga não deve exceder a 60 ms.

3.3.9 Realizar teste do capacitor e testes básicos para verificar carga, bateria, impressão, alarmes, comandos de voz e marcapasso.

3.3.10 Peso máximo do equipamento completo de 10kg.

3.3.11 Conexão USB para transferência do eletrocardiograma armazenado no modo DEA para um PC compatível com software Windows.

3.3.12 Acessórios:

- a) 01(um) cabo de paciente para ECG de 3 vias.
- b) 01(um) jogo de pás para desfibrilação externa (pás externas), uso adulto e pediátrico intercambiável.
- c) 10 (dez) Rolos/blocos de papel térmico para registrador.
- d) 01 Cabo de interconexão para eletrodos multifunção (obrigatório) e pás externas e(se aplicável).
- e) 05 jogos de eletrodos multifunção.
- f) Catálogo detalhado que comprove o atendimento a todos os itens acima.

3.3.13 Requisitos gerais:



- a) Manuais técnicos e operacionais em português;
- b) Fornecimento de todos os cabos, conexões, acessórios, etc., indispensáveis ao funcionamento solicitado;
- c) Assistência técnica local (Porto Alegre ou sua região metropolitana) autorizada;
- d) Indicar empresa(s), profissional(is) responsável(is) e respectivo(s) endereço(s) e telefone(s) para assistência durante e após a garantia;
- e) Garantia mínima de 12 meses.
- f) Tensão de alimentação elétrica de 127/220 V – 60 Hz com seleção automática de tensão e cabo de alimentação elétrica (padrão brasileiro – NBR 14136).
- g) O(s) equipamento(s) deve(m) estar em acordo com a norma técnica NBR IEC 60601.1: Equipamento Eletromédico. Parte 1 – Prescrições Gerais Para Segurança e normas técnicas particulares brasileiras da série NBR IEC 60601.2.X, se houver, conforme a RESOLUÇÃO – RDC N. 32, DE 29 DE MAIO DE 2007(*) Replicada por ter saído no DOU nº 103, de 30-5-2007, Seção 1, pág. 92, com incorreção no original da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde.
- h) Apresentar para todos os equipamentos onde seja pertinente o Certificado de Registro do Produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária –ANVISA (cópia da publicação no Diário Oficial da União do Registro do produto),que deverá ser anexado à proposta. Não serão aceitos produtos com Autorização de Modelo, mesmo que com a validade em vigor.
- i) As peças de reposição e acessórios referentes ao(s) equipamento(s) devem ter produção continuada por no mínimo 5 (cinco) anos.

3.3.14 Deve contemplar:

- a) Treinamentos para usuários;
- b) Treinamentos técnicos para os funcionários habilitados da Engenharia;
- c) Instalação do equipamento.

3.3.15 Os itens não informados serão considerados como não atendidos.

3.3.16 O equipamento será aceito se todos os itens das especificações técnicas mínimas necessárias forem atendidos e estiver em pleno funcionamento na unidade solicitante.

3.4 Da Manutenção

3.4.1 Quando da entrega e/ou instalação do equipamento, a CONTRATADA deverá apresentar um documento datado e assinado por profissional qualificado responsável pela assistência técnica, contendo a **Programação de Manutenção Preventiva** durante o período de garantia, devendo considerar todas as condições necessárias à sua execução, conforme premissas do fabricante.

4 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Da Sustentabilidade

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam:

- a) na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010);
- b) no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

- c) na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), n. 416 de 30 de setembro de 2009;
- d) outras legislações correlatas.

4.1.2 Que os licitantes ofertem, preferencialmente, produtos com embalagens que sejam constituídas – no todo ou em parte – por material reciclado, atóxico e biodegradável (ABNT NBR 15448-1/15448-2).

4.2 Da Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, da Lei n. 14.133, de 2021)

4.2.1 Não se aplica.

4.3 Da Vedação de Contratação de Marca ou Produto

4.3.1 Não se aplica.

4.4 Da Exigência de Amostra

4.4.1 Não se aplica.

4.5 Da Subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

5.1 Das Condições de Entrega

5.1.1 Para a realização do serviço deverá ser efetuada solicitação à contratada mediante envio de Ordem de Compra (OC) emitida pelo setor de Licitações da FHGV.

5.1.2 O prazo de entrega será de **até 15 (QUINZE) dias ininterruptos**, contados da emissão do Contrato ou da OC à contratada, em remessa única.

5.1.3 Os itens, objeto deste TR deverão ser entregues diretamente no seguinte endereço:

HOSPITAL MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS

(CNPJ: 13.183.513/001-27)

SETOR DE PATRIMÔNIO

Rua Pinheiro Machado, 331

CEP: 93210-180, Sapucaia do Sul/RS

Telefone: 51 3451.8200

Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h / das 13 às 16h30.

5.1.4 O equipamento deverá **ser entregue em dias úteis**, onde serão conferidas as Notas Fiscais. Não haverá recebimento fora destes horários e em feriados

5.1.5 O produto deste Termo de Referência deverá ser acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

5.2 Da Garantia e da Validade dos Materiais



5.2.1 A garantia consiste na prestação, pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações subsequentes.

5.2.2 Todos os equipamentos devem vir com prazo de garantia mínimo de 1 ano (doze meses). Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante em relação a cada item fornecido.

5.2.3 A garantia será prestada contra qualquer defeito de fabricação que o equipamento venha a apresentar, mesmo após ocorrida sua aceitação/aprovação pela FHGV, sem ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.

5.2.4 A empresa CONTRATADA **deverá assegurar suporte técnico e serviços de assistência durante o período de garantia**, prestados diretamente pelo fabricante, seu representante ou empresa autorizada, preferencialmente localizada na região metropolitana de Porto Alegre/RS, **incluindo substituição ou reparo dos itens defeituosos**.

6 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA FORMA DE FORNECIMENTO

6.1 Da Forma de Seleção e do Critério de Julgamento da Proposta

6.1.1 Poderão participar deste processo de Licitação os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Termo de Referência e estiverem habilitados para sua participação, desde que desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Instrumento e atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas.

6.1.2 A CONTRATADA será selecionada por meio de realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

6.1.3 O serviço é enquadrado como não continuado.

6.2 Da Forma de Fornecimento

6.2.1 O fornecimento do objeto se dará de maneira única e integral.

6.3 Das Exigências de Habilitação

6.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos especificados em 6.3.2 a 6.3.6.

6.3.2 Habilitação Jurídica:

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microempreendedor individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

6.3.3 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.3.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (Estadual/Municipal) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda (Estadual/Municipal) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Estadual/Municipal) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

6.3.5 Qualificação técnica

- a) Os materiais de consumo objeto da contratação devem obedecer ao padrão de qualidade exigido pela legislação vigente, assim como às especificações técnicas e normas regulamentares pertinentes, observados os requisitos de rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;



- b) O material deve ser fornecido em suas embalagens primárias e secundárias originais, em conformidade com as normas expedidas por agências reguladoras e órgãos oficiais competentes;
- c) As características devem ser comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como catálogos, manuais e fichas de especificação técnica;
- d) As descrições e/ou materiais informativos utilizados nas especificações dos produtos cotados, que estejam vertidos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português.

6.3.6 Declarações

- a) Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 anos, conforme disposto no inciso 33 do art. 7º da Constituição Federal.
- b) Declaração formal de que os sócios da empresa não possuem vínculo trabalhista com a FHGV.
- c) Declaração da proponente de que não pesa contra si declaração de INIDONEIDADE expedida por Administração Pública de qualquer esfera.

7 DAS OBRIGAÇÕES

7.1 Da Contratante

- a) Receber provisoriamente o item, contratado no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado (7 dias), a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do TR e da Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à CONTRATADA, por escrito (e-mail institucional), sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA através de trabalhador/equipe designada;
- e) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2 Da Contratada

- a) A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no TR e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Cód. de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990);
- d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TR, o objeto com avaria ou defeitos;



- e) Substituir o produto recusado pela CONTRATANTE, que o avaliará segundo as exigências do contrato ou instrumento equivalente e demais condições do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 7 (sete) dias, contados a partir da data do recebimento da notificação, correndo por sua conta as despesas totais decorrentes da devolução dos itens/lotos recusados;
- f) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Responder aos e-mails de solicitação confirmando a ciência sobre os mesmos sob pena das sanções cabíveis nos casos de atraso na entrega com alegação de não recebimento do pedido;
- h) **A entrega dos materiais deverá ser por conta da FORNECEDORA sem ônus à Fundação;**
- i) **Entregar os materiais de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital de licitação e anexos;**
- j) **Arcar com eventuais prejuízos causados a Fundação Hospitalar Getúlio Vargas e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;**
- k) **Não possuir débitos em atraso junto a Fundação Hospitalar Getúlio Vargas.**

8 DA GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante comunicado formal de tal ocorrência.

8.3 As comunicações entre a FHGV e a CONTRATADA **deverão ser formalizadas por e-mail institucional** (contratos@fhgv.com.br; licitacao@fhgv.com.br).

8.4 Da Fiscalização do Contrato

8.4.1 O contrato resultante deste TR será supervisionado pelos fiscais designados pela Contratante e, em suas ausências, por seus substitutos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8.5 Da Fiscalização Técnica

8.5.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a FHGV.

8.5.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

8.5.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.5.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.5.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.5.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.6 Da Gestão do Contrato pelo Setor de Contratos

8.6.1 O Setor de Contratos realizará a gestão do contrato.

8.6.2 O Setor de Contratos comunicará ao fiscal técnico, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade.

8.6.3 O Setor de Contratos procederá a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.6.4 **O Setor de Contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.**

9 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 Do Recebimento Provisório

9.1.1 Os itens serão recebidos PROVISORIAMENTE, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal (NF), pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no TR e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.2 Do Recebimento Definitivo

9.2.1 O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela FHGV, após a verificação da qualidade e da quantidade do material e consequente aceitação dos itens.

9.2.2 O prazo para recebimento DEFINITIVO poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.2.3 No caso de controvérsia sobre o objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.2.4 O prazo para a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela FHGV durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.2.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.3 Do Prazo de Pagamento

9.3.1 O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias a contar do recebimento definitivo do objeto contratual, salvo o disposto no artigo 137, § 2º, inciso IV da lei 14.1333/2021.



9.4 Da Forma de Pagamento

9.4.1 A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária em conta indicada pela contratada.

10 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado está inserido no total da contratação, possuindo caráter sigiloso, o qual será tornado público, apenas, e, imediatamente, após o julgamento das propostas.

10.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (Art. 25 do Decreto n. 11.462/2023):

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

11 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação, durante o transcurso do processo licitatório, correrão à conta de recursos (rubrica orçamentária) definidos pelo setor de orçamentação e pela Diretoria Administrativa e Financeira (DAF) da FHGV.

Sapucaia do Sul, 30 de Março de 2026.

Ana Paula Mesquita Cardoso

Coordenadora da Linha de Cuidado Mãe, Bebê e Criança

Denise Siqueira Fontela

Coord. Infraestrutura FHGV